

Segundo a pesquisa da Datafolha, 62% dos jovens deixariam o Brasil. Temos que reverter essa situação. Primeiramente, temos que reverter todas essas medidas. Temos que revogar imediatamente a Emenda 95, a reforma trabalhista, a Lei da Terceirização e a lei que entregou o pré-sal para os Estados Unidos e para as grandes multinacionais, como a Shell.

Temos que fazer uma revogação imediata de todas essas medidas. Temos que fazer uma revisão urgente, uma auditoria imediata da dívida pública brasileira, que está evada de falcatruas e malandragens. Em países onde já houve a auditoria da dívida pública, houve a redução dessas dívidas públicas. O Equador fez a auditoria da dívida e reduziu em 60% a dívida pública, mas, no Brasil, isso não é feito. A Constituição Federal determina que seja feita a auditoria da dívida pública brasileira, porque é impossível que um país siga em frente, destinando quase metade da sua riqueza, do seu orçamento, para pagamento de juros. O Brasil se torna inviável dessa maneira.

Então, temos que reverter imediatamente essa situação, revogando todas essas medidas e fazendo uma reforma tributária que tribute as grandes fortunas. Por exemplo, quem compra uma lancha, barco ou helicóptero não paga IPVA, não paga imposto no Brasil. É um absurdo. É necessário taxar as grandes fortunas, os lucros e dividendos e as grandes heranças. Temos que fazer a reforma tributária dessa maneira, livrando a tributação da produção e do consumo, porque é uma injustiça contra a maioria do povo brasileiro.

É por isso que o Brasil está nessa situação, em que as pessoas querem sair daqui. Há toda uma juventude que não acredita mais no País, por conta das reformas e dessa crise política, social e econômica. Essa crise de representatividade, essa crise ética que estamos vivendo. É necessário fazer uma grande virada, e temos uma grande oportunidade, que é o período das eleições em outubro. É importante elegermos pessoas comprometidas com a pauta de anulação das reformas do Temer, com a auditoria da dívida pública, com a reforma política e com uma reforma tributária em que haja taxaço dos ricos. Rico não paga imposto no Brasil.

Temos que priorizar todas essas reformas e, sobretudo, as revogações da Emenda no 95, da Reforma Trabalhista e da Lei do Pré-Sal, que foi aprovada agora e entregou nosso petróleo às grandes empresas multinacionais. Então, é possível fazer isso através do voto e, sobretudo, através do povo nas ruas fazendo grandes mobilizações.

Para encerrar, eu gostaria, Sr. Presidente, de comentar mais uma última notícia de ontem. Eu fiquei chocado. Já vinha acompanhando essa questão da privatização do ensino no Brasil, que vem desde a época do golpe militar. Os militares, quando assumiram o poder no Brasil através de um golpe, privatizaram a Educação, começando a destinar recursos públicos para o setor privado e a destruir a escola e a universidades públicas.

Então, tivemos o início do privatismo educacional já na época do regime militar. E isso foi crescendo cada vez mais nos governos posteriores: Sarney, Collor e Fernando Henrique, em cujo governo a privatização foi altamente potencializada, havendo um dos maiores aumentos das privatizações. E todo esse movimento teve sequência nos governos Lula e Dilma. A privatização foi crescendo e sendo fortalecida por todos os governos, do interventor general Castelo Branco até a presidente Dilma. Esse processo foi potencializado ainda mais no governo Temer, que o escancarou de vez.

A matéria em questão fala dos conglomerados do ensino superior que avançam sobre a Educação Básica. Já há um grande privatismo na área do ensino superior no Brasil, o que é muito grave. Os grupos econômicos, que são mercadores da Educação, já tomaram conta do ensino superior, porque é um grande mercado - e eles pensam só no lucro. Agora, não contentes, estão atacando a Educação Básica. São esses mesmos grupos, como a Kroton, por exemplo, que detêm hoje o monopólio das faculdades privadas do Brasil.

Agora, ela está comprando grandes grupos de escolas particulares, que têm editoras também. Ela está interessada não só na compra dessas escolas, que são rentáveis e oferecem um lucro excepcional, mas também nas editoras desses grupos econômicos, que vendem livros didáticos para os governos municipais e estaduais e para o próprio governo federal, para o MEC. E vendem também sistemas de ensino, apostilas e livros didáticos.

Eles estão comprando tudo e transformando um direito fundamental do povo brasileiro, que é a Educação... A Educação é um direito, não é um serviço, um produto, uma mercadoria, um investimento, uma aplicação financeira. A Educação é um direito da população brasileira, garantido pela Constituição Federal. Mas esse direito virou negócio no Brasil, pois esses grupos econômicos estão comprando a Educação.

Além de terem muito lucro não apenas comprando as escolas, mas também as editoras vinculadas a grupos que vendem livros didáticos, sistemas de ensino e apostilas, eles também influenciam a construção de políticas educacionais no Brasil, pois eles têm influência no MEC, no Congresso Nacional, em Assembleias Legislativas e nos Conselhos de Educação, sobretudo no Conselho Nacional de Educação.

Esses grupos têm muito poder. Eles vão privatizando e influenciando a construção de políticas educacionais privatistas para a rede pública. É uma entrega. Querem pegar também o filão das escolas públicas. É um absurdo que isso esteja acontecendo no Brasil, com uma omissão histórica do poder público. O MEC não fiscaliza, nem o Ministério da Fazenda. Não se fiscaliza nada no Brasil. O poder público se curva aos interesses privatistas, ao lucro voraz desses grandes grupos econômicos. Muitos deles são controlados por fundos de investimento. Esses grupos estão preocupados com o lucro, com investimentos na bolsa de valores e nada mais. Não têm preocupação com a qualidade de ensino, com a valorização dos profissionais da Educação ou com a superlotação de salas. Nada disso interessa. Interessa só o lucro fácil e rápido. Por isso, eles investem na compra dessas escolas e editoras.

É um absurdo, Sr. Presidente. Temos que fazer frente a isso. Infelizmente, houve uma omissão histórica de todos os governos: Fernando Henrique, Lula, Dilma e Temer. Todos lavam as mãos e estão a serviço desses grupos econômicos, como Kroton e Laureate, que são grupos internacionais que estão comprando nossas faculdades e, agora, escolas da nossa educação básica. É um absurdo o que vem acontecendo em nosso país.

A Educação, que é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, pela LDB e pelo Plano Nacional de Educação virou um mero serviço, uma mercadoria, um fundo de investimento no qual as pessoas investem para terem lucro no mercado financeiro. Isso tem que acabar, Sr. Presidente.

Mais uma vez, temos que fazer uma revolução educacional no Brasil, pondo fim ao privatismo e lutando para que tenhamos mais verbas para a Educação Pública. Queremos Educação Pública gratuita e de qualidade para todos, da educação infantil ao ensino superior. Essa é a nossa luta.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, cumprindo determinação constitucional, adita à Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 368, de 2017, vetado.

Esta Presidência convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma de quinta-feira e o aditamento anunciado. Lembra-os ainda da sessão solene a realizar-se hoje, às 20 horas, com a finalidade de outorgar o Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo à Dra. Sarah Hayashi, fundadora da Igreja Monte Sião.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 13 minutos.

* * *

19 DE JUNHO DE 2018

84ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: DOUTOR ULYSSES, MARCO VINHOLI, CAUÊ MACRIS e ANALICE FERNADES
Secretaria: CORONEL TELHADA, WELLINGTON MOURA, CARLÃO PIGNATARI e FELICIANO FILHO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DOUTOR ULYSSES

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CORONEL TELHADA

Apresenta matéria jornalística segundo a qual um policial é morto a cada cinco dias no Pará. Lamenta as mortes dos policiais militares cabo Kenni Danilo de Lima Gusmão e cabo Sidney Pereira Mendonça, no estado do Pará e do subtenente Rogenir Moura de Oliveira, no Rio de Janeiro. Crítica preocupação excessiva do Governo com a letalidade policial. Considera que providências deveriam ser tomadas quanto à letalidade dos criminosos, em contrapartida. Lamenta que os policiais envolvidos em ocorrências letais sejam afastados das ruas. Defende a aprovação da PEC 2 na Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa.

3 - LUIZ CARLOS GONDIM

Discorre sobre a importância da aprovação da PEC 2 nesta Casa. Informa que o número de mortes pelo vírus da gripe subiu em 180% neste ano, segundo o Centro de Vigilância Epidemiológica. Pede à população que se vacine a fim de evitar a proliferação do vírus H1N1.

4 - GUSTAVO PETTA

Anuncia a presença de estudantes de entidades do movimento estudantil nesta Casa, reivindicando que o PL 570/16 entre em pauta para apreciação. Explica que a matéria, referente à bolsa permanência para os estudantes da Fatec e Etec, visa evitar a evasão escolar. Defende o direito dos estudantes de terem acesso à Educação pública de qualidade.

5 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Dá boas-vindas aos estudantes e manifesta seu apoio à apreciação do PL 570/16.

6 - CORONEL TELHADA

Solicita a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

7 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Defere o pedido e suspende a sessão às 14h57min.

8 - MARCO VINHOLI

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h31min.

9 - DAVI ZAIA

Solicita a suspensão dos trabalhos por 30 minutos, por acordo de lideranças.

10 - PRESIDENTE MARCO VINHOLI

Defere o pedido e suspende a sessão às 16h31min.

11 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h03min.

12 - MARCO VINHOLI

Pelo art. 82, discorre sobre as atividades em andamento nesta Casa, hoje. Informa visita à cidade de Itapeva. Declara apoio a projetos de lei que preveem, respectivamente, benefício de aposentadoria especial para professores readaptados, de autoria do deputado Carlos Giannazi, e redução da jornada de trabalho de profissionais de enfermagem, de autoria da deputada Analice Fernandes. Comunica diálogos com a UNE acerca da bolsa permanência. Felicita-se pelo arquivamento de investigações contra membros do PSDB.

13 - MÁRCIA LULA LIA

Pelo art. 82, faz críticas à postura da Justiça em relação a processos que envolvem políticos do PSDB. Diz que, a seu ver, o arquivamento de investigações faz parte do golpe de Estado em curso no Brasil. Afirma a descrença popular, a seu ver, na atuação do ex-governador Geraldo Alckmin. Reprova a prisão do ex-presidente Lula. Mostra-se confiante na reeleição do político.

14 - RAUL MARCELO

Pelo art. 82, situa a baixa qualidade da Saúde pública como principal problema para a população do Brasil, na atualidade. Conta caso de paciente em fila de espera por cirurgia na região de Sorocaba. Crítica a gestão do ex-governador Geraldo Alckmin no setor.

15 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão.

16 - ENIO LULA TATTO

Pelo art. 82, cobra o ex-governador Geraldo Alckmin e o governador Márcio França pela execução de obras de extensão da linha da CPTM do Grajaú até a estação Varginha. Disserta sobre dificuldades enfrentadas pela população da região.

17 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Faz aditamento à Ordem do Dia da sessão extraordinária. Retifica o seu horário de início para as 19 horas e 20 minutos. Convoca reuniões, a serem realizadas hoje, a primeira a ter início às 19 horas e 01 minuto e as demais para um minuto após o término da imediatamente anterior: conjunta entre as Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, Orçamento e Planejamento; extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento; e conjuntas entre as Comissões de Atividades Econômicas e Finanças, Orçamento e Planejamento; e entre as Comissões de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e Finanças, Orçamento e Planejamento.

ORDEM DO DIA

18 - MARCO VINHOLI

Requer verificação de presença.

19 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum. Coloca em discussão requerimento de urgência ao PLC 1/13.

20 - CARLÃO PIGNATARI

Discute o requerimento de urgência ao PLC 1/13 (aparteado pelo deputado Feliciano Filho).

21 - CARLÃO PIGNATARI

Solicita verificação de presença.

22 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença.

23 - ANALICE FERNADES

Assume a Presidência. Interrompe a chamada de verificação de presença quando constatado quórum.

24 - MARCO VINHOLI

Discute o requerimento de urgência ao PLC 1/13 (aparteado pelos deputados Feliciano Filho, Carlão Pignatari e Davi Zaia).

25 - CORONEL CAMILO

Discute o requerimento de urgência ao PLC 1/13 (aparteado pelos deputados Raul Marcelo e Hélio Nishimoto).

26 - CÉLIA LEÃO

Discute o requerimento de urgência ao PLC 1/13 (aparteado pelo deputado Marco Vinholi).

27 - DAVI ZAIA

Discute o requerimento de urgência ao PLC 1/13 (aparteado pelos deputados Campos Machado, Carlão Pignatari e Carlos Giannazi).

28 - ANALICE FERNADES

Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 20/06, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas e 20 minutos. Encerra a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Doutor Ulysses.

* * *

O SR. PRESIDENTE – DOUTOR ULYSSES - PV - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – CORONEL TELHADA – PP - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Srs. Deputadas, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Coronel Telhada, pelo tempo regimental.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Doutor Ulysses, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, hoje eu quero falar, mais uma vez, sobre o problema da Segurança pública no País. É um problema urgente. Nós estamos em vésperas da eleição dos estados, a eleição nacional para presidente da República, para os governadores, senadores, deputados estaduais e deputados federais, mas continua sério o problema da Segurança pública.

Por exemplo, temos aqui esta matéria no estado do Pará, o Norte e o Nordeste numa situação muito difícil. Vejam só a matéria: “Um policial militar é morto a cada cinco dias no Pará”. Eu pergunto aos senhores e senhoras que nos assistem: em que lugar do mundo os senhores veem isso? Em lugar nenhum; só no Brasil.

Neste final de semana, nós tivemos a morte do cabo Kenni Danilo de Lima Gusmão, ele fazia segurança do governador do Pará, o Zequinha Marinho. Ele foi surpreendido durante uma tentativa de roubo, na noite de sábado, em Belém. Ele foi interceptado por uma dupla de moto, teria reagido e acabou levando um tiro na cabeça.

Esse é o típico caso de execução; não é roubo nem latrocínio, mas execução, sendo morto com um tiro na cabeça. Horas depois, no mesmo dia, no sábado, dia 16, foi morto também um cabo da Polícia Militar, Sidney Pereira Mendonça. Ele estava de moto e foi abordado por dois suspeitos e baleado na cabeça e no tórax, morrendo na hora. Aqui a foto desses dois jovens policiais que foram vítimas da violência no estado do Pará. Note-se que são dois jovens, pais de família, um deles - aqui na foto - está sendo condecorado com uma medalha. Portanto, notem que são policiais exemplares, policiais que estavam trabalhando, infelizmente mortos em defesa da população.

Mais uma vez - mostrando a foto - temos aqui o cabo Kenny Danilo de Lima Gusmão e cabo Sidnei Pereira Mendonça; é uma situação muito triste.

Em contrapartida, o Rio de Janeiro continua numa situação terrível. Dessa vez foi um subtenente que foi assassinado por criminosos em São Gonçalo. É o subtenente Rogenir Moura de Oliveira, cuja foto vemos no telão. Esse é o subtenente Rogenir Moura de Oliveira, que foi morto lá no Rio de Janeiro. Nota-se que é um homem da nossa idade, praticamente. Vou ver se aí tem a idade dele, mas acho que tem mais de cinquenta anos, mas no final de carreira é morto, numa situação terrível, simplesmente por ser policial militar. O subtenente Rogenir Moura de Oliveira foi abordado por criminosos em São Gonçalo e foi morto. Toda a ação dos criminosos durou menos que 30 segundos. Notem que eles vieram com a intenção de matar. Notem que não é uma coisa que aconteceu ao acaso, como por exemplo, foi abordado e reagiu. A intenção de matar o policial é clara. Ele foi o 58º policial militar morto no Rio de Janeiro, só neste ano. Olhe o que está dizendo aqui: “Um carro se aproximou, os criminosos saíram e atiraram várias vezes contra o veículo onde estava o policial”. Notem que não é uma tentativa de roubo, um latrocínio. É claramente uma execução: o carro para, os indivíduos desembarcam, atiram contra o policial, atiram para matar, o policial ainda tentou dar marcha à ré no carro, mas infelizmente não conseguiu fugir, falecendo então o subtenente Rogenir Moura de Oliveira.

A situação é essa. Infelizmente aqui em São Paulo temos tido várias ocorrências com morte de policiais, mas não entendo. No governo passado, havia um programa para abaixar a letalidade policial. Eu não entendo a preocupação com letalidade policial. A minha preocupação é com a letalidade criminal. Milhares de cidadãos estão morrendo todo ano no País, milhares de policiais militares estão morrendo, e ninguém está preocupado com isso. Agora, quando morre bandido, alguns grupos se levantam dizendo que a Polícia é violenta. O que me preocupa é a letalidade criminal.

Aqui em São Paulo temos centenas de policiais afastados da rua. Para mim é caso de improbidade administrativa. Estou pensando até em abrir uma CPI com esse caso, porque só na Rota temos mais de 90 homens afastados. Noventa homens, Sr. Presidente, dá mais de 20 viaturas por dia afastadas do patrulhamento com esses homens retirados da rua, dentro do quartel ou fazendo patrulhamento ostensivo em frente ao quartel, sendo subutilizados, simplesmente porque se envolveram em ocorrência de resistência. É um absurdo.

Se o policial morre, ficam todos lamentando que morreu um policial. Quando o policial mata um bandido, retiram o policial da rua, transferem o policial. Já estive com o secretário de Segurança Pública, Dr. Márgio, falando sobre esse assunto. Lá no 16º Batalhão temos oito ou nove policiais. No 1º Baep há mais 28. Enfim, é um absurdo. Vou dizer que temos mais de mil homens, não posso falar esse número exato, porque eles não me passam essa informação, afastados do serviço operacional. E afastados sem motivo. São ocorrências legítimas. Depois que o policial enfrenta uma ocorrência grave, ele passa pelo psicológico, o psicólogo liberou esses policiais, então é um absurdo isso. Acho que a Polícia Militar do Estado de São Paulo é uma das únicas organizações do mundo que pune quem trabalha. Aliás, foi vítima disso a vida toda. Em 33 anos de serviço, fui movimentado 28 vezes. E em várias dessas passagens eu ficava recluso no quartel porque eu não podia sair na rua, porque sou violento. Fui baleado duas vezes, sofri vários atentados, mas o violento sou eu.

Vou falar sobre isso diariamente, porque na hora em que eu conseguir esse número correto, vou falar aqui. Sei que na Rota já são mais de 90. Se não me engano em Campinas, no 1º Baep temos a média de 30 homens afastados. Para mim isso é improbidade administrativa. O homem ganha para trabalhar, está em condições de trabalhar e a Polícia não coloca o homem para trabalhar na rua, alegando que é para abaixar a letalidade. Então, vamos fazer o seguinte: vamos acabar com a Polícia, porque acho que ela está atrapalhando. Se a Polícia está atrapalhando porque está matando bandido, acho que temos que acabar com ela. Acho a melhor solução.

Então, Sr. Presidente, é inadmissível esses homens afastados por estarem trabalhando. Vou aqui diariamente cobrar a postura do Sr. governador, do Sr. secretário de Segurança Pública, que sei que trabalham corretamente, de maneira adequada, mas no meu entendimento estão deixando a desejar na postura do combate ao crime organizado, inclusive, nesse aspecto.

E fechando minha fala, amanhã teremos reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Temos a PEC 2 sendo analisada na Comissão, e queria solicitar aos deputados da Comissão de Constituição e Justiça que aprovassem de uma vez por todas a PEC 2, um pedido da Polícia Militar, uma necessidade para valorizar nossos policiais militares. E ela deve vir a plenário para ser votada pelos deputados.

Quero saudar aqui nosso sempre deputado Cabo Wilson, que foi nosso deputado nesta Casa, hoje é o presidente da Associação de Cabos e Soldados. Seja bem-vindo, prazer em revê-lo aqui, parabéns por tudo que o senhor tem feito.

Então, Sr. Presidente, mais uma vez solicito aqui que a PEC 2 seja colocada em votação neste plenário, para que possamos realmente fazer justiça aos salários da Polícia Militar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - PTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acho que nós estamos pecando muito na demora em aprovarmos essa PEC 2. Uma PEC que eu lembro, o deputado Capez no ano passado trabalhando junto conosco, fazendo o comentário da diferença entre subtenente e tenente de praticamente 31%, 32%, e essa diferença que corrige esse absurdo tem que ser votada o mais rápido possível. Espero que as comissões terminem de aprovar e de ver toda essa parte dessa PEC e que nos enviem aqui no plenário para que nós possamos votar o mais rápido possível.

Mas, Sr. Presidente, como médico tenho trazido problemas polêmicos e agora eu trago o número de mortes pelo vírus da gripe. Subiu em 180% o número de mortes no estado de São Paulo, segundo o Centro de Vigilância Epidemiológica. Nós tivemos ontem um caso em Mogi das Cruzes. Na semana passada, tivemos outro e nós estamos muito, mas muito preocupados com essa situação que estamos tendo em relação às pessoas que não foram se vacinar.

Eu normalmente tomo essa vacina em julho ou agosto no hospital em que eu trabalho e nunca em junho, mas eu realmente digo a todos: “gente, nós não podemos ficar sem a vacina”. O que nós temos tido de pacientes com H1N1 faz com que tenhamos uma virose, uma infecção muito grave e sazonal e que podemos evitar nos vacinando.

Então, eu chamo a atenção de todos que não foram e não puderam se vacinar. Peço que compareçam até o dia 26 - se eu não me engano, provavelmente vai ser até o final -, para que possam ser vacinados e assim diminuirmos essa epidemia muito séria que atinge o País, trazendo problemas graves.

Nós estamos numa região muito fria, que é Mogi das Cruzes, Suzano, Biritiba, Salesópolis e temos tido maiores problemas em relação a esses pacientes que às vezes até o diagnóstico demora principalmente depois do óbito. Vai para o Adolfo Lutz para trazer o resultado e as pessoas que tiveram contato posteriormente serão vacinadas.

Aqui, na nossa região, existem 36 pacientes moradores de Mogi das Cruzes que estão com suspeita de H1N1. Então, nós temos que estar muito atentos. Nós temos que pedir à população, implorar, porque alguém determinou e disse: “eu fiquei pior, eu tomei a vacina e a minha situação agravou”. Isso não é verdade. Faz-se a vacina para prevenção. Então, não se faz vacina para que você pegue uma infecção que seja pior do que uma gripe comum. Estamos fazendo esse apelo à população para que se dirija ao posto de saúde, que seja vacinada para que nós possamos ter mais tranquilidade e não ter o número de mortes com pacientes com H1N1 e outras gripes muito fortes que estamos tendo. Pacientes com pneumonias que eram virais e posteriormente passam a ser bacterianas.

Temos tido esses casos graves, não só em idosos, diabéticos e hipertensos. Mas temos tido casos em pessoas de idade entre 20 e 55 anos, com casos de internação, preocupando muito e aumentando muito as internações hospitalares.

Espero que esse recado que estamos dando, para que as pessoas possam ir e fazer a sua vacina, seja atendido como um médico e deputado que está fazendo esta solicitação nos microfones da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Gustavo Petta, pelo tempo regimental.

O SR. GUSTAVO PETTA - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde. (Manifestação nas galerias.)

Presidente, eu gostaria de anunciar que temos a presença hoje, nesta Casa, na Assembleia Legislativa, de vários estudantes. Entre eles: a presidente da União Nacional dos Estudantes, Mariana Dias; a presidente da União Estadual dos Estudantes, Nayara Souza; a presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas, Laís do Vale; o presidente da UBES, Pedro Gorki; e também a presidente do DCE da Fatec, Bia Aragão.

São estudantes que estão nesta Casa reivindicando e apelando ao conjunto dos líderes, ao presidente e aos demais deputados para que o Projeto de Lei 570, de 2016, de iniciativa do deputado Roberto Engler, entre em pauta o quanto antes.

É um projeto que cria a bolsa-permanência para os estudantes da Fatec e para os estudantes da Etec. Sabemos que, no grave momento de crise social que estamos vivendo, o índice de evasão escolar tem crescido muito.

Porque, apesar de termos melhorado alguns mecanismos de acesso, tanto ao ensino tecnológico como ao ensino técnico, a permanência ainda é um desafio. Os estudantes de família de baixa renda, que possuem mais dificuldade financeira, não têm conseguido concluir o seu curso por conta da ausência de qualquer tipo de política de assistência estudantil.

Sabemos que, em algumas universidades, temos restaurante universitário subsidiado e moradia estudantil. Como, por exemplo, o caso da USP e da Unicamp. Mas, no caso das Fatecs, não há nenhuma política nesse sentido.

Presidente, esse projeto já está pronto para ser votado. Falta, evidentemente, algumas discussões com alguns partidos. Estamos conversando com todos os líderes. A minha expectativa é de que ele possa ser aprovado ainda essa semana. Vamos ter agora o Colégio de Líderes. Vou ao colégio de Líderes, representar o PCdoB, no sentido de apelar para que todas as lideranças cheguem a um consenso da aprovação desse projeto.

O governo, que em um primeiro momento até havia óbice em relação ao projeto, já liberou o projeto. O governo entende o projeto como um projeto positivo. Eu mesmo estive, no sábado, com o governador Márcio França e o governador sinalizou positivamente em relação a esse projeto, para que o projeto possa ser aprovado e já virar, imediatamente, uma política pública no estado de São Paulo.

Teríamos a oportunidade de aprová-lo na Lei Orçamentária para que pudéssemos, no ano que vem, ter essa política de bolsas voltadas aos estudantes da Etec e da Fatec. É importante dizer que o projeto é de autoria do Roberto Engler e teve, como relator, o deputado Marco Vinholi, que é um entusiasta da proposta. Tenho certeza de que vamos chegar a um consenso.

Há necessidade, talvez, de mudança em algum ponto do texto, que pode ser feita através de alguma emenda, para que possamos aprovar o projeto, atender uma expectativa histórica do movimento estudantil - do DCE da Fatec, em especial, que, desde a sua criação, luta incansavelmente para aprovar esse projeto.